

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, na AED Days
2019**

Tagus Park, Oeiras, 28 de outubro de 2019

Quero começar por agradecer o convite que a AED gentilmente me endereçou para participar nesta iniciativa, no meu primeiro dia em funções nesta nova legislatura.

Olhando à volta desta sala e para o programa do evento, vemos muitos dos parceiros do Estado Português e da Defesa Nacional em particular. O Cluster Aeronáutico, Espacial e de Defesa representa hoje um setor extremamente dinâmico e, ao mesmo tempo, é uma das áreas que se confronta com maiores desafios nos próximos tempos.

A nossa atuação no Ministério da Defesa vai ter em atenção essas duas realidades, ou seja, a natureza particularmente dinâmica deste setor e os desafios para a sua valorização no futuro. Este é um setor com um peso crescente na economia nacional, um setor

que está vocacionado para as exportações, um setor bem integrado nas cadeias de abastecimento internacionais, e que promove a inovação e a retenção de quadros altamente qualificados.

É um setor, no entanto, que precisa de ser reforçado com mais quadros e aí temos um desafio no plano nacional, que diz respeito à qualificação dos nossos jovens. Atendendo à rapidez da expansão deste setor, é difícil que o mercado laboral acompanhe esse ritmo. Temos de fazer o que for possível para dar uma especial atenção a essa problemática.

A criação de clusters de excelência é uma parte integrante e essencial da visão que o anterior Governo desenvolveu para a economia portuguesa do século XXI, e que este novo Governo irá

aprofundar. Esta é uma visão assente na criação de clusters em setores de ponta, onde se promova a cooperação entre agentes e setores complementares, onde se potencie a inovação, a tecnologia e a criação de valor estratégico e económico para o país.

O setor da defesa representa hoje uma tremenda oportunidade para a economia nacional. Do lado do Ministério, considero que é fundamental continuar a aprofundar as relações com outras áreas governativas, para que essas oportunidades sejam plenamente aproveitadas e potenciadas.

Com a Economia, com a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com os Negócios Estrangeiros e naturalmente com as Finanças, a Defesa Nacional tem hoje – e aliás ambiciona reforçar – um papel

de dinamizador da integração portuguesa na Defesa Europeia, com a perspetiva de amplos dividendos para a economia nacional e para a sociedade portuguesa.

Estando em competição direta com muitos países europeus, temos de saber criar as pontes e mecanismos de cooperação com alguns desses países ou empresas para que a nossa economia seja também beneficiária de um plano europeu que está a evoluir muito rapidamente, com a criação de um Fundo Europeu para a Defesa, ou a criação de uma nova Direção-Geral dedicada à Defesa e ao Espaço, nesta Comissão Europeia que está ainda em fase formação.

Há aqui alguns perigos e incógnitas. Portanto, vamos ter de navegar estes mares com muita atenção. Há um verso muito

bonito de Sophia de Mello Breyner sobre os navegadores de outros tempos: “Navegavam sem o mapa que faziam”.

E nós estamos um pouco nessa situação, temos de navegar fazendo o mapa. Temos de olhar para o imediato, não deixando de pensar no que é relevante para o médio e longo prazo.

Ora, navegar sem o mapa, significa que temos de olhar para o que está a acontecer relativamente às vagas de projetos que submetemos para a PESCO, Cooperação Estruturada Permanente em matéria de Segurança e Defesa da União Europeia.

Há cerca de um ano, quando entrei em funções, pareceu-me da máxima importância que soubéssemos criar uma dinâmica de

trabalho que juntasse os vários interesses nacionais relacionados com o setor industrial da Defesa.

Criámos um gabinete de apoio à participação portuguesa na PESCO, que junta os três ramos das Forças Armadas, junta a perspetiva das direções-gerais relevantes do Ministério da Defesa Nacional, reúne representantes de outros ministérios e cria um laço com o setor privado e o setor empresarial do Estado na área da Defesa. Este mecanismo já resultou em processos muito melhorados de identificação de projetos nos quais nos interessava participar.

Ainda não é claro como é que a Comissão Europeia vai querer trabalhar neste domínio do Espaço e da Defesa. Vamos ter de

estar muitíssimo atentos às evoluções em Bruxelas, no espaço intergovernamental e na própria Comissão Europeia.

Vamos ter uma Direção-Geral do Espaço e da Defesa, sendo que a Comissão Europeia não tem um mandato para trabalhar nesses domínios, uma vez que estão na esfera da estrutura intergovernamental.

Não tendo um mandato para trabalhar na Defesa, a Comissão Europeia tem um mandato para trabalhar nos vários domínios económicos, sendo que a promoção industrial é muitíssimo importante e está no raciocínio da Comissão. Portanto, coloca-se aí a possibilidade de a Defesa ser trabalhada numa lógica industrial.

No entanto, não podemos pensar no setor da Defesa da mesma maneira que olhamos para outros setores industriais, devido às suas especificidades, nomeadamente a sua vertente geoestratégica. Só para dar um exemplo, muitos dos equipamentos da Defesa são muito sofisticados, com componentes fabricados em vários países. Se esses Estados tiverem regras diferentes sobre exportação para países terceiros, temos uma situação muito complicada no que diz respeito à exportação de equipamentos.

Isto não é uma situação hipotética, é uma situação que se verifica. Precisamos de ter uma convergência de natureza estratégica no plano europeu, que não pode ser pensada exclusivamente em termos industriais. Só com um raciocínio estratégico, é que

conseguimos desenvolver um código comum para saber a quem queremos exportar aquilo que produzimos.

Estamos todos mais ou menos nesta situação, mas é evidente que alguns países europeus já têm um pensamento muito avançado, com estruturas de promoção muito sólidas das suas indústrias e que rapidamente engrenam nestas novas circunstâncias.

Nós não temos isso, temos de criar. Por isso, este Cluster AED é fundamental porque representa um local para a convergência de pensamentos e preocupações, troca de ideias e identificação de necessidades, que é muitíssimo importante.

Ao longo da última legislatura e do último ano em particular, demos passos importantes para posicionar Portugal e as nossas empresas de forma mais favorável nos mercados de Defesa. Uma das primeiras questões, e a mais essencial, prendeu-se com a reestruturação da participação do Estado no Setor Empresarial da Defesa.

A liquidação da Holding gestora destas participações do Estado, a Empordef, foi concluída na anterior legislatura e iniciou-se, em articulação com as Finanças, o processo de definição da sua substituta e do modelo de negócio que lhe estará subjacente. A proposta que está em cima da mesa é ambiciosa, mas realista, e responde às necessidades atuais e futuras do país. Ela consubstancia passos importantes na criação de uma verdadeira

Economia da Defesa Nacional e merecerá, por isso, toda a nossa atenção, desde a primeira hora.

Não vou tecer grandes considerações sobre a relação transatlântica e a identidade europeia de Defesa, saberão todos que há debates e indagações complexas. Nesta matéria, sublinho que há turbulência e que não sabemos exatamente qual vai ser a situação daqui por cinco anos. Cinco anos parece muito tempo, mas para um ciclo de planeamento de um produto, é uma realidade muito pequena.

Estamos nesta situação de nebulosidade e de necessidade de definirmos políticas estratégicas num quadro em que não sabemos exatamente como é que as coisas serão.

A criação de relações de cooperação internacional é, por isso, muitíssimo importante para as empresas portuguesas, sobretudo pelo trabalho em rede. Seja com centros de investigação, seja com mecanismos de distribuição comercial ou através da integração com congéneres que trabalham noutros países.

A tendência do trabalho da Comissão Europeia será sempre o de apostar naquilo que são as suas competências mais tradicionais e isso significa trabalhar no âmbito da criação de um mercado único europeu no setor da Defesa ou mercado mais integrado nesta área. Haverá uma tendência para a criação das chamadas “european champions”. Para as empresas portuguesas, será fundamental posicionarem-se para não serem excluídas desse processo de consolidação de empresas e mercado europeu.

São estas as mensagens fundamentais que eu queria transmitir, sublinhando que o Ministério da Defesa Nacional está muitíssimo atento, por considerar que estamos num momento de transformação e que as iniciativas que surgem do tecido empresarial português precisam de ter apoio e interesse por parte do Estado.

O Governo está disponível para dialogar, por compreender plenamente a enorme mais valia que este setor traz para a economia portuguesa e o grande potencial que esta área tem para crescer.

Muitíssimo obrigado pela vossa atenção.